



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第五屆立法會

第二立法會期（二零一四—二零一五）

第一組

第 V-43 期

V LEGISLATURA

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA (2014-2015)

I Série

N.º V-43

Data: 23 de Março de 2015

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 15 horas e 46 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Ho Iat Seng

Vice-Presidente: Lam Heong Sang

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

Deputados presentes: Ho Iat Seng, Lam Heong Sang, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Vong Hin Fai, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lau Veng Seng, Mak Soi Kun, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi, Tong Io Cheng, Leong Veng Chai, Chan Iek Lap, Chan Hong, Zheng Anting, Si Ka Lon, Ma Chi Seng, Lei Cheng I, Wong Kit Cheng, Song Pek Kei.

Convidados: Chefe do Executivo, Chui Sai On; Chan Hoi Fan, Secretária para a Administração e Justiça; Leong Vai Tac, Secretário para a Economia e Finanças; Wong Sio Chak, Secretário para a Segurança; Alexis Tam Chon Weng, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura; Raimundo Arrais do Rosário, Secretário para os Transportes e Obras Públicas; Cheong Weng Chon, Comissário contra a Corrupção; Ho Veng On, Comissário de Auditoria; Ma Io Kun, Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários; Lai Man Wa, Directora-geral dos Serviços de Alfândega; Wallis O Lam, Chefe do Gabinete do Chefe do Executivo; Iao Man Leng, Chefe do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça; Karen Lok Kit Sim, Chefe do Gabinete do Secretário para a

Economia e Finanças;

Iva Cheong Ioc Ieng, Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança;

Lai Ieng Kit, Chefe do Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;

Grace Cheong Chui Ling, Chefe do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas;

Sam Vai Keong, Chefe do Gabinete do Comissário contra a Corrupção;

Ho Wai Heng, Chefe do Gabinete do Comissariado da Auditoria;

Leong Heng Teng, Membro do Conselho Executivo;

Liu Chak Wan, Membro do Conselho Executivo;

Ma Iao Lai aliás Alexandre Ma, Membro do Conselho Executivo;

Ho Sut Heng, Membro do Conselho Executivo;

Wong Yue Kai, Membro do Conselho Executivo;

Peter Lam Kam Seng, Membro do Conselho Executivo; e

Goretti Tam Ka Wa, Adjunta do Chefe do Executivo.

Ordem do Dia: Declaração do Chefe do Executivo sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2015.

Sumário: Declaração do Chefe do Executivo sobre o relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2015.

Acta:

Presidente: Srs. Deputados.

Vamos dar início à reunião.

O ponto único da Ordem do Dia de hoje é a declaração do Chefe do Executivo sobre o relatório das LAG para o ano financeiro de 2015.

Antes de mais, agradeço, em nome da Assembleia Legislativa, a presença do Sr. Chefe do Executivo, dos membros do Governo e dos membros do Conselho Executivo na reunião plenária de hoje.

Sr. Chefe do Executivo, faça o favor.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Legislativa.

Srs. Deputados:

Venho hoje, em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em cumprimento da Lei Básica de Macau, apresentar a esta nobre Assembleia, reunida em plenário, as Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2015.

O ano 2015 corresponde ao décimo sexto ano do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e é o primeiro ano de governação do quarto mandato do Governo da RAEM. Iremos, este ano, e com um maior sentido de responsabilidade e dedicação, promover a implementação dos grandiosos princípios de “um País, dois sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, e estamos empenhados em compreender de forma plena e correcta a Lei Básica de Macau, pondo-a em prática, em proteger a soberania, a segurança e os interesses do desenvolvimento do nosso País, assim como, estamos empenhados em assegurar firmemente a prosperidade e a estabilidade de Macau a longo prazo.

Iremos consolidar e desenvolver, de forma pragmática, os resultados até agora alcançados nos diversos domínios; iremos, com um sentido de responsabilidade, auscultar as opiniões do público, corrigindo as insuficiências dos nossos trabalhos, aperfeiçoando-nos de forma constante; iremos, com um espírito reformador, acumular experiências, encontrar soluções para as questões, e, em conjunto com toda a população, daremos novos passos ao longo de um caminho estável, abrindo um novo capítulo na história do desenvolvimento da RAEM.

Este ano a economia de Macau entrou num período de ajustamento, e a conjuntura externa continua a apresentar grandes complexidades e mutações. Perante tal, é necessário manter a serenidade, reforçar o sentido de alerta para eventuais riscos e avaliar eficazmente as situações, para caminharmos, firmes e estáveis, em direcção ao futuro. Devemos, ainda, aproveitar as oportunidades decorrentes do pleno aprofundamento da reforma e da governação à luz da lei do nosso País, com vista a reforçar a cooperação regional, a expandir o desenvolvimento de Macau, a resolver os conflitos estruturais e a concretizar o ajustamento ordenado das indústrias, mantendo estabilidade do desenvolvimento económico, garantindo uma boa situação de emprego e uma constante melhoria da qualidade de vida da população.

Iremos acolher plenamente as importantes palavras proferidas pelo Sr Presidente Xi Jinping, na Cerimónia de Comemoração do 15.º Aniversário do Regresso de Macau à Pátria e Cerimónia de Posse do IV Governo da RAEM, procurando, ao longo deste ano, elevar constantemente a capacidade e o nível de governação à luz da lei, trabalhando em conjunto na promoção do desenvolvimento global da RAEM.

Exmº. Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Passo agora à apresentação das prioridades da acção governativa para o ano 2015.

1. Congregação de esforços para enfrentar as mudanças da conjuntura interna e externa

Actualmente, a economia mundial apresenta uma lenta recuperação no processo de ajustamento económico. A concorrência

internacional tornou-se mais intensa, o mercado apresenta riscos mais evidentes e o processo de desenvolvimento a nível mundial mantém-se complexo. Analisando a conjuntura económica do Interior da China, verifica-se continuarem a existir factores incertos e uma grande pressão decorrente da desaceleração da economia, contudo a economia continua a apresentar um novo desenvolvimento apesar do ajustamento económico em curso.

Quanto às perspectivas do desenvolvimento económico de Macau, após um período de mais de dez anos de desenvolvimento acelerado, o sector do jogo, influenciado pela alteração de factores internos e externos, entrou, no segundo semestre do ano transacto, numa fase de ajustamento e de consolidação. Pese embora o desenvolvimento económico enfrente, hoje, grandes dificuldades e desafios, a nossa economia em geral assenta em boas bases, mantendo-se inalterada a tendência de crescimento. O recente abrandamento do ritmo do crescimento económico conduz a um aceleração do processo da diversificação adequada da economia. Verificamos que, com o pleno apoio do Governo Central e em conjugação de esforços entre o Governo da RAEM e a população em geral, o desenvolvimento económico de Macau apresenta progressos assinaláveis reveladores das potencialidades do seu crescimento futuro. O progresso verificado ao longo dos últimos anos no processo do desenvolvimento da diversificação adequada da economia, constitui o alicerce fundamental para o desenvolvimento estável da nossa economia. Em 2014, as receitas brutas do jogo apresentaram um valor de 350 mil milhões de patacas, e, no mesmo período, as receitas brutas não associadas ao jogo, designadamente das indústrias de vendas por grosso e a retalho, hotelaria, restauração, construção civil e financeira, registaram um valor superior a 190 mil milhões de patacas.

A situação financeira da RAEM mantém-se estável apresentando um saldo orçamental positivo. Até ao final de Janeiro de 2015, a reserva financeira apresentava uma reserva básica de 134.327 milhões de patacas e uma reserva extraordinária de 207.804 milhões de patacas. O saldo orçamental do ano financeiro de 2014 foi de 90.296 milhões de patacas, e prevê-se que, findo o processo de liquidação, o montante global da reserva extraordinária venha a atingir os 298.100 milhões de patacas, contabilizando, assim, a reserva financeira um montante global de 432.427 milhões de patacas. Por outro lado, o valor da reserva cambial da RAEM atingiu o montante de 133.343 milhões de patacas, enquanto que a taxa de desemprego continua a situar-se num nível relativamente baixo. Iremos continuar alerta, optimistas e prudentes relativamente à actual situação económica.

2. Construção de uma cidade com condições ideais de vida e partilha de uma vida de qualidade

Uma cidade com condições ideais de vida é condição necessária para a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, pelo que o Governo da RAEM irá reforçar os trabalhos de coordenação e de planeamento, dando particular atenção ao planeamento estratégico.

(1) Elaboração de um plano de construção de médio prazo e lançamento de medidas de resposta de curto prazo

Dentro em breve será criada a comissão para a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, presidida pelo Chefe do Executivo, que terá como primeira missão coordenar a elaboração do “plano quinquenal da construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer”, o qual, com base nos resultados dos trabalhos já realizados,

irá abranger vários domínios, nomeadamente a habitação, o emprego, o transporte, o turismo e o lazer. Esperamos que, uma vez concluída a elaboração da política demográfica, este plano quinquenal seja de excelência, decisivo, estruturado e operacional. No futuro, os programas governativos anuais das diversas tutelas deverão observar os objectivos deste plano quinquenal, e a eficácia da execução deste plano terá reflexos no sistema de gestão de desempenho do Governo. O apoio à comissão para a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer será assegurado pelo Gabinete do Chefe do Executivo, em concretização do objectivo da economia de recursos administrativos.

Uma cidade com condições ideais de vida e o bem-estar da população são conceitos intimamente relacionados. Assim, a par de elaboração de planos de médio prazo e da continuidade da implementação das medidas estabelecidas na Lei do Orçamento de 2015, nomeadamente o Plano de Participação Pecuniária, as subvenções e as reduções e isenções fiscais, o Governo da RAEM pretende proceder a ajustamentos às medidas de curto prazo benéficas para a população e a algumas políticas de apoio às pequenas e médias empresas, designadamente:

- O Índice mínimo de subsistência foi elevado para 3.920 patacas em Janeiro do corrente ano, e será objecto de novo ajustamento em Julho próximo;

- O orçamento diário do Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo foi aumentado para 38 patacas no início deste ano;

- Ponderar elevar o valor do Subsídio de Invalidez para 7.500 patacas (normal) e 15.000 patacas (especial);

- Ponderar o aumento do valor do Subsídio para Idosos para 7.500 patacas e do valor da Pensão para Idosos para 3.350 patacas;

- Lançar o Plano de Financiamento de Aprendizagem no Exterior para Alunos, com vista a apoiar alunos de famílias de baixos rendimentos a alargarem os seus horizontes;

- Ponderar o aumento do Subsídio para aquisição de manuais escolares para 3.000 patacas, para cada estudante do ensino secundário, e para 2.600 patacas, para cada estudante do ensino primário, mantendo em 2.000 patacas o valor atribuído a cada estudante do ensino infantil;

- Dar continuidade ao apoio a estudantes provenientes de famílias com dificuldades económicas, ponderando aumentar para 3.200 patacas o valor do subsídio de alimentação atribuído aos estudantes de todos os níveis de ensino, e aumentar os valores do subsídio para aquisição de material escolar, respectivamente para 2.100 a cada estudante do ensino infantil e do ensino primário, e para 2.700 patacas a cada estudante do ensino secundário;

- Propor aumentar o valor da matéria colectável a beneficiar de isenção de imposto complementar sobre rendimentos de 300.000 patacas para 600.000 patacas, com vista a diminuir os encargos fiscais das pequenas e médias empresas;

- Ponderar aumentar de 5.000.000 patacas para 7.000.000 patacas o montante máximo da garantia do Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas, mantendo a percentagem da garantia de créditos em 70%.

(2) Habitação, transporte e protecção ambiental como prioridades da acção governativa

A habitação, o transporte e a protecção ambiental são áreas importantes do quotidiano da população, e que afectam a harmonia e a estabilidade da vida em sociedade.

No âmbito da habitação, o Governo da RAEM mantém-se firme no prosseguimento do princípio governativo “habitação para todos, bem-estar para todos”, e está empenhado na construção de um mecanismo eficiente de longo prazo de garantia à habitação. Assim, será efectuada durante este ano uma revisão completa da política de habitação pública e acelerado o aperfeiçoamento da respectiva legislação. Após realização de uma vasta consulta pública, pretendemos, numa primeira fase, rever parcialmente a “Lei da habitação económica”, com vista a aumentar a eficiência administrativa, tendo a respectiva proposta de lei entrado já em processo legislativo. Com base na “Lei do planeamento urbanístico” e na “Lei de terras” vigentes, o Governo irá definir uma estratégia de habitação pública de longo prazo.

O Governo empenhar-se-á em manter uma oferta de habitações públicas em quantidade adequada e estável, com recurso a várias medidas, nomeadamente:

- Estudo global dos recursos de terras existentes e criação da respectiva base de dados, afectação racional de recursos de terras destinados à construção de habitação pública, promoção da reserva de terrenos em cinco locais para construção de habitações públicas, prevendo-se a concretização de mais de 4 mil fracções habitacionais;

- Promoção do tratamento dos terrenos não aproveitados - de entre os 48 terrenos anteriormente divulgados, 22 terrenos entraram já em fase final do processo de declaração de caducidade de concessões, prevendo-se, dentro em breve, a respectiva publicação no Boletim Oficial da RAEM;

- Implementação dos trabalhos de ajustamento do planeamento dos novos aterros da Zona A, realização do estudo global e planificação do trânsito e das instalações comunitárias complementares na Zona A e demais zonas interligadas, e concretização do objectivo das 28 mil fracções de habitação pública; Assegurar o andamento global das obras, e conclusão das obras de aterro de acordo com o planeado;

- Revisão e análise dos planeamentos referentes às Zonas B, C, D e E, em articulação com o desenvolvimento futuro de Macau, bem como, promoção de consultas públicas para auscultar amplamente a população.

O Governo continuará a aperfeiçoar os trabalhos de construção e de fiscalização das habitações públicas, e simultaneamente a reforçar os respectivos trabalhos de atribuição e de gestão, e será efectuada um estudo relativo à introdução de novos tipos de habitação pública, com vista a melhorar as condições gerais de habitação dos residentes. Será lançada no corrente ano uma consulta pública sobre a revisão do regime de habitação social, e optimizado o actual mecanismo de saída dos agregados familiares mais abastados das fracções de habitação social, assegurando assim uma utilização racional dos recursos públicos.

Pretendemos implementar o conceito da “renovação urbana” e promover o reordenamento dos bairros antigos, alargando, assim,

espaços para o desenvolvimento urbano e proporcionando um melhor ambiente aos cidadãos.

O desenvolvimento saudável do mercado imobiliário é fundamental para a garantia da estabilidade da economia em geral. Iremos melhorar o processo de apreciação dos projectos arquitectónicos, acelerar a conclusão da revisão do Regime Jurídico da Construção Urbana e dos trabalhos de elaboração da Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios. Atento à situação do mercado imobiliário, o Governo dará continuidade à optimização das condições de operação do mercado imobiliário, adoptando medidas oportunas para garantir o desenvolvimento estável do sector.

No âmbito do trânsito, o Governo irá conceber medidas de gestão integrada do trânsito, elevando o nível de gestão científica, e proporcionando canais mais diversificados de divulgação da informação de trânsito, com vista à sua divulgação atempada. Iremos promover o controlo do trânsito, e das obras rodoviárias para reduzir as sucessivas obras de escavação nas vias, bem como intensificar as acções de sensibilização sobre a segurança rodoviária e as de monitorização do cumprimento da lei, e iremos adoptar medidas específicas para resolver o problema de congestionamento do trânsito e os conflitos entre os peões e veículos nas vias rodoviárias. Serão adoptadas medidas diversificadas de controlo do aumento de veículos, e o regime respeitante à reserva de áreas de estacionamento nos edifícios em construção será revisto; continuaremos a tentar atenuar as dificuldades dos cidadãos, quer nas deslocações em transportes públicos, quer na circulação de viaturas particulares, quer no estacionamento de viaturas.

Iremos reforçar a fiscalização e o combate às práticas ilícitas do serviço de táxis, aumentando a atribuição de licenças especiais de exploração do serviço de táxis e ajustando adequadamente o número de táxis. Pretendemos iniciar um estudo sobre o uso dos veículos eléctricos, iremos promover incentivos ao uso de eco-veículos, tomaremos medidas para a eliminação de veículos altamente poluidores, revendo os respectivos diplomas legais. Ainda, pretendemos otimizar o modelo de funcionamento de autocarros e regular o número e os itinerários dos autocarros ao serviço das empresas concessionárias de jogo, de modo a aliviar a pressão do trânsito rodoviário.

O metro ligeiro é um importante sistema de transporte colectivo. Após a realização de várias sessões de consulta pública, e com o apoio do Governo Central, procedeu-se a um ajustamento da área dos novos aterros e a questão relativa ao traçado do segmento ZAPE da linha do metro ligeiro está ultrapassada. Para fazer face ao atraso das obras do metro ligeiro, estamos a tomar medidas eficazes para resolver, com a brevidade possível, os problemas actualmente existentes nas obras da linha do metro ligeiro na Taipa. Além disso, iremos concretizar a concepção da linha do metro ligeiro na Península de Macau e definir o respectivo orçamento, e tudo fazer para que, com a brevidade possível, o projecto entre em plena fase de execução.

Os trabalhos de optimização das instalações do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior registam já os primeiros resultados e dentro em breve as obras estarão concluídas. Serão igualmente promovidas as obras do Terminal Marítimo de Pac-On da Taipa. Iremos, também, otimizar as instalações e os serviços do Aeroporto Internacional de Macau, e será dada continuidade à diversificação da exploração de rotas aéreas, com destino ao Interior da China e a

outros países e regiões. Serão desenvolvidos os estudos relativos à Quarta Passagem entre Macau e a Ilha de Taipa, no sentido de facilitar a mobilidade dos cidadãos e dos turistas.

No âmbito da protecção ambiental, o Governo, firme na implementação do Protocolo de Kyoto, aplicável a Macau, e considerando a estratégia geral do País em matéria de protecção ambiental, irá reforçar as medidas de protecção ambiental e de aperfeiçoamento do sistema ecológico de Macau. Será promovida a redução das emissões de dióxido de carbono, o aumento de espaços verdes e a melhoria da qualidade do ar urbano. Iremos intensificar as acções de sensibilização relativas à protecção ambiental, à poupança de água e de electricidade e ao aproveitamento eficiente de energias, no sentido de uma consciencialização dos cidadãos em relação à protecção ambiental.

A nova lei da “Prevenção e controlo do ruído ambiental” já entrou em vigor. Iremos reforçar a coordenação interdepartamental dos trabalhos de divulgação, de sensibilização e de execução da lei, proporcionando, assim, um ambiente tranquilo aos cidadãos. Será realizada uma consulta pública sobre a definição de um regime de avaliação de impacto ambiental, e acelerada a revisão da legislação relativa à emissão de gases de escape dos veículos em circulação e à qualidade de combustíveis para veículos. Serão dados mais incentivos aos autocarros movidos a gás natural.

Durante o corrente ano, pretendemos implementar o projecto de reutilização, em locais apropriados da Província de Guangdong, dos materiais inertes resultantes da demolição e remoção de construções, bem como de veículos obsoletos e abatidos de Macau, promovendo a construção das infraestruturas consideradas necessárias.

(3) Reforço da segurança urbana

A garantia da segurança urbana é vital para uma cidade com condições ideais de vida. Empenhar-nos-emos no estabelecimento de um sistema de segurança destinado à prevenção e ao combate à criminalidade. Será formada uma equipa das forças de segurança empenhada no aprofundamento do uso das tecnologias e na intensificação do policiamento, de elevada qualidade e eficiência, dotada de uma disciplina rigorosa. Empenhar-nos-emos na intensificação da cooperação entre a polícia e a população, no reforço da divulgação e da monitorização do cumprimento da lei, e na prevenção e combate da criminalidade, em prol da defesa da segurança e da ordem pública da RAEM. Além disso, iremos reforçar o sentido de alerta, elevar a capacidade de resposta das forças policiais em situações de risco e otimizar o mecanismo interdepartamental para o tratamento de risco.

A cooperação com a Organização Mundial de Saúde, os serviços de saúde do País e com os das regiões vizinhas será reforçada, no sentido da prevenção e do controlo das doenças transmissíveis, designadamente dos novos tipos de *influenza*. Macau dispõe já de um mecanismo de fiscalização rigorosa, e está garantida a reserva de medicamentos contra o vírus da gripe sazonal e demais materiais. Serão prioritariamente administradas vacinas contra o vírus da gripe aos grupos de alto risco, reforçando, assim, o nível de imunidade colectiva contra o vírus.

O Governo, atento à segurança da população nas várias vertentes, irá também elevar os critérios de inspecção e gestão dos produtos alimentares e alargar o âmbito da inspecção, salvaguardando, assim, a segurança alimentar.

Iremos reforçar os trabalhos de monitorização e previsão climática, e será dada prioridade ao aperfeiçoamento do sistema de drenagem das redes de esgotos de todas as zonas, de modo a resolver, programadamente, o problema das inundações.

No corrente ano, pretendemos concluir os trabalhos de atribuição da licença de 4G, com vista à implementação de técnicas avançadas de comunicações móveis, susceptíveis de aumentar a velocidade dos serviços de dados, proporcionando, assim, um serviço de melhor qualidade aos cidadãos e aos turistas.

(4) Reforço da promoção dos valores humanistas

Iremos tirar pleno partido das vantagens de Macau em termos da interculturalidade entre as culturas chinesa e ocidental. O Governo, atento ao equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a salvaguarda do património cultural, irá redobrar esforços na salvaguarda do rico património cultural local, consolidando, assim, a promoção dos valores culturais locais. Serão melhorados os espaços culturais com vista ao enriquecimento da vida cultural dos cidadãos. Além disso, iremos promover a formação de talentos da área cultural de Macau, fomentando o desenvolvimento das artes criativas. Envidaremos os maiores esforços na salvaguarda do Centro Histórico de Macau, permitindo, assim, que este património cultural mundial desempenhe um papel mais relevante no nosso quotidiano.

Iremos promover a generalização e o aprofundamento da educação cívica, incutindo na população o amor pela Pátria e por Macau. Serão intensificadas as acções de sensibilização sobre as virtudes do trabalho e da auto-valorização. Iremos promover, igualmente, os valores da solidariedade humanista, nomeadamente o respeito pelos idosos, o carinho com as crianças, o amor e a tolerância entre as pessoas, valorizando e impulsionando o desenvolvimento da nossa herança cultural.

Continuaremos a apostar nas vantagens da multiculturalidade de Macau, consolidando o papel de Macau como plataforma de intercâmbio com os países de língua portuguesa e outros países. Ao longo dos tempos, os macaenses e os portugueses residentes em Macau têm desempenhado um papel vital na promoção do intercâmbio entre as culturas chinesa e estrangeira e no desenvolvimento de Macau. Devemos, por isso, criar as condições necessárias ao aprofundamento do espírito de respeito mútuo, tolerância e racionalidade. Continuaremos a apoiar o desenvolvimento das actividades dos chineses ultramarinos, promovendo a política de “Atrair para Macau projectos de investimento e incentivar o desenvolvimento das empresas de Macau no exterior”. O Governo continuará a reunir os esforços de todos os sectores sociais para construir uma sociedade estável e harmoniosa entre as diversas comunidades.

3. Impulsionamento da diversificação adequada da economia

Como tendência de desenvolvimento económico de Macau, a diversificação adequada da economia constitui uma das prioridades da acção governativa, pelo que esperamos que, estando assegurada a estabilidade da indústria predominante, sejam promovidas as componentes não associadas ao jogo e acelerada a diversificação adequada da economia.

(1) Manutenção do desenvolvimento saudável do sector do jogo e fomento das indústrias emergentes.

Após dez anos de liberalização e de um crescimento acelerado, o sector do jogo começa a abrandar o seu ritmo de desenvolvimento. O Governo pretende apenas intervir no ritmo deste sector, e não na sua dinâmica, procurando desenvolver de forma estável o curso do seu ajustamento.

Este ano, iremos proceder a um balanço e a uma análise sobre a evolução do sector do jogo desde a sua liberalização, bem como procurar encontrar as soluções que se revelem adequadas. Empenhar-nos-emos no aperfeiçoamento da legislação relacionada com a indústria do jogo, no reforço da sua fiscalização, na regularização das actividades das empresas do sector do jogo e na promoção do Jogo Responsável. Serão implementadas medidas relativas ao alojamento e transporte aos trabalhadores não residentes pelas operadoras do jogo e empresas de grande dimensão.

Pelo seu encanto como ponto de encontro entre as culturas chinesa e ocidental, Macau foi seleccionada como uma das “dez melhores regiões para visitar” de 2015, o que pode contribuir para a diversificação do mercado turístico e para a promoção da transformação de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Considerando a grande importância dada à capacidade turística, e o facto do mercado turístico chinês ser prioritário e, ainda, a grande afluência de turistas a Macau em dias festivos, o Governo irá manter um contacto estreito com o Governo Central e com os serviços competentes, com vista à exposição da situação actual e estudo de um modelo de desenvolvimento equilibrado a implementar, que por um lado assegure a não degradação da qualidade de vida dos residentes de Macau e, por outro, ofereça um ambiente familiar aos visitantes para que se sintam em casa. Iremos apresentar ao Governo Central um relatório sobre o ponto de situação da nossa capacidade turística, designadamente até ao passado feriado da Festa da Primavera, no intuito de estudar a optimização e ajustamento da política de visto individual.

A atracção e realização em Macau de projectos de exposições e convenções de nível internacional, continuará a ser apoiada, bem como serão apoiadas as indústrias culturais e criativas e de medicina tradicional chinesa, e fomentadas as relacionadas com a protecção ambiental. Será criado um sistema de indicadores estatísticos sobre as indústrias emergentes, por forma a facultar ao Governo elementos de referência relevantes para a definição de políticas para estas indústrias. As indústrias emergentes serão incentivadas a elevar a sua competitividade, numa perspectiva concorrencial.

Para estimular a criação cultural local serão lançadas medidas de apoio pecuniário. O Fundo das Indústrias Culturais irá estudar a criação de um regime de prémio para as indústrias culturais, que visa apoiar as empresas, personalidades e associações que prestem contributos de relevo na área das indústrias culturais.

É longa a história da medicina tradicional chinesa em Macau. Face ao progresso notório alcançado pelos dois Laboratórios de Referência do Estado, na área da investigação moderna da Medicina Tradicional Chinesa, o Estado irá prestar também um maior apoio e auxílio ao desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa de Macau. Com base neste cenário, desenvolver-se-ão esforços conjugados dos dois Laboratórios de Referência do Estado, do Centro de Cooperação da Medicina Tradicional da Organização Mundial de Saúde, que se encontra em fase de organização, e do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa

Guangdong e Macau em Hengqin, no intuito de estabelecer padrões internacionais da medicina tradicional chinesa, de promover uma inovação assente na combinação sinérgica de “produção, pedagogia e pesquisa”, de acelerar a transformação dos resultados de investigação científica e tecnológica em produtos e a respectiva comercialização, bem como procurar construir em conjunto, em Macau, uma plataforma para a modernização e internacionalização da medicina tradicional chinesa.

Será realizado um estudo de reposicionamento das indústrias de Macau, apoiada a criação de marcas dos produtos “Made in Macau” e “criados em Macau”, será implementado este ano um mecanismo que permita que na aquisição pública se dê preferência aos produtos criados e fabricados em Macau, e as concessionárias de jogo serão incentivadas a dar preferência à aquisição desses produtos.

(2) Apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs)

Mantendo o saudável desenvolvimento das grandes empresas, o Governo irá continuar a promover a criação de espaços de desenvolvimento para as PMEs, apoiando-as na sua expansão no mercado regional, e promovendo a sua reconversão e valorização.

Os planos de apoio às PMEs continuarão a ser otimizados, no sentido de lhes proporcionar um melhor ambiente de negócios. Irá manter-se o Projecto de Apoio à Preservação das Características dos Estabelecimentos de Comida de Macau, que visa apoiar os estabelecimentos tradicionais e as pequenas lojas a desenvolverem oportunidades comerciais.

Será proposta uma revisão legislativa no sentido da reserva para as PMEs de espaços de desenvolvimento no âmbito do planeamento de construção dos novos aterros urbanos e das habitações públicas, concluídas ou em construção. Este ano, será revisto o regulamento administrativo relativo ao Fundo de Reparação Predial, no sentido de alargar o seu âmbito de financiamento às obras de manutenção e reparação que tenham como objectivo assegurar a segurança e a salubridade ambiental das partes comuns dos edifícios industriais. A criação do regime de seguro de créditos para a importação, exportação e trânsito de mercadorias e outros bens ou produtos será objecto de estudo, no sentido de minimizar os riscos das operações de comércio das empresas.

(3) Estudo relativo à criação do Fundo para o Desenvolvimento do Investimento e estabelecimento de um mecanismo eficiente de longo prazo para a distribuição adequada dos saldos financeiros positivos

Desde a criação do regime de reserva financeira que se têm registado resultados financeiros positivos e satisfatórios. Após ponderação global da actual situação relativamente abundante dos saldos acumulados e do envelhecimento demográfico, o qual poderá vir a exercer pressão sobre as despesas com a previdência social, iremos proceder a um estudo sobre a aplicação de determinada percentagem da actual reserva financeira na criação do Fundo para o Desenvolvimento do Investimento da RAEM, por forma a dinamizar a aplicação dos recursos e a aumentar a sua rentabilidade, em benefício da qualidade de vida da população.

Em simultâneo, será equacionada a criação de um mecanismo eficiente de longo prazo para a distribuição dos saldos financeiros positivos. Com base no estudo sobre o actual regime de reserva financeira, será criado o mecanismo do limite máximo para as

reservas em excesso que visa assegurar o valor suficiente dos saldos financeiros positivos para suportar os regimes para o bem-estar da população, permitindo uma distribuição da riqueza social de forma justa, racional e institucionalizada, por forma a manter a estabilidade social e a confiança da população.

Os trabalhos de supervisão financeira serão reforçados e o Governo estará atento à complexa e variável conjuntura financeira internacional e à evolução dos ajustamentos económicos locais, adoptando em tempo oportuno medidas eficazes para minimizar os riscos financeiros e assegurar a segurança do sistema financeiro de Macau.

(4) Protecção dos direitos e interesses dos residentes no acesso ao emprego e aumento da competitividade no mercado de trabalho

O “estável desenvolvimento económico e o ajustamento ordenado da estrutura económica” consiste na garantia dos residentes ao acesso ao emprego e ao aumento dos rendimentos das camadas mais desfavorecidas. Com base na aprovação na especialidade da proposta de lei sobre o “Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na área de administração de propriedades”, o Governo pretende promover, de forma ordenada, a implementação do salário mínimo em todos os sectores. Iremos proceder à revisão da “Lei das relações de trabalho”, aperfeiçoar a “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” para assegurar os direitos e interesses dos trabalhadores residentes no acesso ao emprego e estudar a criação da licença de paternidade. Promover-se-á a formação profissional para elevar a competitividade dos residentes, sobretudo dos trabalhadores de base, e a mobilidade ascendente será apoiada. A criação de um mecanismo de fiscalização da mobilidade ascendente dos residentes será objecto de estudo, por forma a ajustar gradualmente a estrutura de recursos humanos através de implementação de medidas, bem como a localizar o pessoal de gestão dos níveis médio e alto.

Neste mandato, o Governo irá manter a sua posição de não importação de *croupiers* não residentes. Serão organizados cursos técnico-profissionais para os profissionais do sector do jogo, e para os profissionais residentes que não tenham concluído cursos universitários serão proporcionadas oportunidades para prosseguir seus estudos ou frequentar cursos de aperfeiçoamento. Dar-se-á seguimento aos trabalhos de criação do regime de licenciamento dos profissionais do sector do jogo, promovendo-se assim a certificação profissional para a indústria do jogo e para os sectores com esta relacionados.

(5) Desenvolvimento de contactos com o exterior e estreitamento da cooperação regional

Com base na auscultação das opiniões dos vários sectores sociais, o Governo da RAEM apresentou formalmente ao Governo Central uma proposta a incluir no capítulo específico para Macau do “13.º Plano Quinquenal Nacional”. Com a elaboração e implementação das linhas gerais desse Plano, iremos acelerar a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer e da Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, com vista à concretização da diversificação adequada da economia, à elevação da competitividade global da RAEM e à promoção da constante melhoria da qualidade de vida da população.

A cooperação regional encontra-se actualmente numa nova etapa

de desenvolvimento, surgindo, assim, um modelo de cooperação transregional e diversificada. Acompanhando a tendência actual, em que prevalecem a paz, desenvolvimento, cooperação e ganhos mútuos, o Governo procurará encaminhar a cooperação regional para uma outra nova etapa. Iremos otimizar as vantagens da singularidade de Macau em intercâmbios humanos e culturais com os países de língua portuguesa, recorrendo aos conceitos de macrocultura e de macroconjuntura para ampliar a plataforma de serviços para a cooperação diversificada entre a China e os países de língua portuguesa, integrando os diversos domínios da cultura, arte, educação, desporto, medicina, direito e formação de recursos humanos, divulgando de forma articulada e intercomunitária as informações adquiridas através da cooperação plurilateral, e reunindo os modelos de cooperação diversificados. Iremos acompanhar a intenção do Estado na construção da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda para o Século XXI, e iremos intensificar o tráfego económico e comercial e o intercâmbio cultural com os estados do sudeste asiático, por forma a enriquecer e a dinamizar a plataforma de serviços para a cooperação diversificada.

Iremos maximizar a eficiência na utilização do Acordo CEPA e respectivos acordos suplementares. Iremos seguir as exigências gerais determinadas pelo Conselho do Estado sobre a definição das áreas marítimas sob jurisdição da RAEM, desenvolvendo o respectivo trabalho em estreita colaboração com os serviços competentes do Governo Central.

Esforçar-nos-emos em concretizar os objectivos do “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau” e em aprofundar a cooperação com a Província de Guangdong na liberalização do comércio e na reforma e inovação de regimes, procurando conseguir resultados faseados mediante plataformas de cooperação da Ilha de Hengqin, de Nansha e de Cuiheng de Zhongshan, entre outras. Está prevista, para este ano, a implementação de viagens individuais em barcos de recreio, modalidade de cooperação entre Macau e Zhongshan. Empenhar-nos-emos em obter o apoio do Estado a nível de políticas para a exploração de um novo modelo de passagem fronteiriça, e em concluir, com a maior brevidade, a construção do novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau, aproveitando da melhor forma o efeito da política de funcionamento de 24 horas dos postos fronteiriços.

Continuaremos a aprofundar a cooperação com o Pan-Delta do Rio das Pérolas, a Província de Fujian e com Pequim, estreitando a comunicação entre Macau e Hong Kong, e reforçando as funções da Delegação Económica e Cultural de Macau em Taiwan.

4. Aperfeiçoamento das medidas relacionadas com a vida da população e construção conjunta de uma sociedade feliz

O Governo da REAM, persistindo no lema “desenvolvimento económico e melhoramento das condições de vida da população”, continuará a trabalhar na consolidação e enriquecimento dos projectos neste âmbito, para que os residentes de Macau usufruam e compartilhem, na realidade, os frutos do desenvolvimento para o qual contribuíram.

(1) Reforço da acção governativa relacionada com a vida da população e prestação de apoio aos grupos vulneráveis

Será acelerada a criação do mecanismo eficiente de longo prazo do sistema de segurança social, consolidando a rede de segurança deste sistema para assegurar as condições básicas da vida da

população. Com base nas previsões da inflação serão adoptadas medidas para a resolução dos problemas que esta possa gerar, divulgadas atempadamente informações e elaboradas medidas específicas para atenuar a pressão gerada pela inflação no quotidiano dos residentes.

Esforçar-nos-emos por concluir a criação do regime de segurança social de dois níveis. Será aumentado o montante de contribuições para efeitos do Fundo de Segurança Social e será realizado um estudo sobre a criação de um mecanismo de financiamento do Fundo de Segurança Social através da acoplagem de saldos de exercícios, para assegurar o funcionamento contínuo deste Fundo.

Acompanhando a tendência do envelhecimento da população e o quotidiano dos idosos, será acelerada a construção de lares para idosos, afectados mais recursos a esta área de actuação e estreitada a cooperação com as associações civis na expansão dos serviços de cuidados domiciliários. Pretendemos concluir, com a brevidade possível, a elaboração do “Programa de desenvolvimento do serviço de apoio a idosos nos próximos 10 anos”, assegurando, com estas medidas, o bem-estar e a qualidade de vida dos idosos.

Empenhar-nos-emos na elaboração do plano de desenvolvimento decenal dos serviços de reabilitação, no estudo relativo à criação de um sistema de segurança de longo prazo para os portadores de deficiência, no aumento de vagas em lares e na criação de centros de serviços integrados, que os apoiem na sua recuperação e inclusão na sociedade.

O Governo irá aperfeiçoar as políticas vocacionadas para a família e resolver o problema de insuficiência de vagas nas creches. Será criado, com a brevidade possível, um mecanismo de planeamento dos recursos humanos necessários nas instituições de serviço social e de avaliação da respectiva procura, estando ainda previsto o reforço das acções de formação nesta área e, no decurso do corrente ano, prevê-se o início do processo legislativo relativo à credenciação dos assistentes sociais. O Governo irá, ainda, integrar e otimizar os apoios e medidas sociais, lançando novos regimes de apoio financeiro, em prol da racionalização da utilização dos recursos sociais e da optimização dos serviços prestados à população.

(2) Implementação do princípio “Promover a prosperidade de Macau através da Educação” e valorização da formação dos jovens

Iremos promover a construção do mecanismo eficiente de longo prazo no âmbito da educação, dedicar-nos-emos ao aperfeiçoamento do sistema de escolaridade gratuita de 15 anos e à implementação plena do planeamento decenal para o desenvolvimento do ensino não superior. Serão definidos programas de desenvolvimento destinados a reforçar o ensino técnico-profissional e a educação contínua, indo de encontro à diversificação adequada da economia. O ensino especial será melhorado, para assegurar a equidade educativa, e pretendemos promover a generalização e o ensino dos conhecimentos tecnológicos para elevar constantemente a qualificação dos cidadãos. Iremos planear e implementar com a maior brevidade um plano de desenvolvimento de longo prazo do ensino superior, com vista a impulsionar o seu desenvolvimento contínuo, tendo já a Assembleia Legislativa aprovado na generalidade a proposta de alteração da lei “Regime do ensino superior”.

O futuro de Macau pertence às gerações mais jovens, e nelas assenta a nossa esperança. O Governo continuará a implementar as

políticas da juventude e irá criar centros incubadores para apoiar jovens empreendedores, proporcionando-lhes conhecimentos e técnicas de gestão empresarial, apoiando a sua participação no desenvolvimento da cooperação económica regional e ajudando-os na formação e na realização dos seus sonhos.

Através do mecanismo eficiente de longo prazo da educação para a formação de talentos, iremos proporcionar plataformas favoráveis ao crescimento dos jovens, criando um ambiente social que permita que os jovens excelentes demonstrem a sua elevada competência nos diferentes sectores. Reforçaremos a comunicação e o diálogo com os jovens, estimulando a sua capacidade crítica e racionalidade, para que surja uma nova geração autónoma e com capacidade competitiva e inovadora, que ama a Pátria e Macau.

(3) Reforço da construção do mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos

Em articulação com a diversificação adequada da economia, iremos concretizar a política e as medidas de curto, médio e longo prazo para a formação de talentos e trabalhar na formação de mais elites, quadros qualificados e especializados e quadros técnico-profissionais nos diversos domínios, permitindo aos residentes de Macau um desenvolvimento profissional contínuo e o acesso a cargos superiores.

Este ano, a Comissão de Desenvolvimento de Talentos irá lançar um programa para a formação de talentos, subsidiando a sua participação em programas de mestrado de instituições académicas reputadas a nível mundial. Continuaremos a promover o regime de acreditação profissional, de avaliação da capacidade profissional e de selecção de talentos, nos vários sectores, encorajando a obtenção de credenciação profissional a nível internacional e fomentando a formação de quadros qualificados e especializados. Iremos enriquecer a Base de Dados sobre Recursos Humanos Qualificados e aumentar o nível de reconhecimento dos quadros profissionais, promovendo o seu desenvolvimento em circunstâncias competitivas, tendo sido já estabelecido um mecanismo de ligação com os residentes de Macau que estão a trabalhar no exterior, a fim de organizar acções de intercâmbio, e estimular o seu regresso a Macau para desenvolver a sua carreira profissional.

(4) Optimização do sistema de saúde e elevação do nível de saúde da população

O Governo da RAEM tem como um dos lemas de governação “Tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção” e uma das prioridades da acção governativa para este ano é a implementação, com a maior brevidade, do “Projecto de Melhoramento das Infra-Estruturas do Sistema de Saúde”. O início das obras de construção das diversas instalações do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas será faseado, consoante estas se encontrem em fase de concepção, concurso ou tenham sido já adjudicadas. Este ano, serão construídos ou entrarão em funcionamento o dormitório do pessoal médico e de enfermagem da linha frente do Centro Hospitalar Conde de São Januário, o Centro de Saúde de Nossa Senhora do Carmo, localizado no Edifício do Lago, e o Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas, localizado no Alto da Montanha de Coloane. Com a colaboração dos três hospitais, será organizada sucessivamente a formação de médicos de clínica geral e reforçada a formação dos médicos especialistas. Através da cooperação regional será equacionado o estabelecimento de uma base conjunta de formação de profissionais de saúde, com

vista a elevar a capacidade de formação profissional nesta área e a melhorar as infraestruturas e a qualidade dos serviços prestados.

Iremos aumentar a transparência das informações relativas à lista de espera de serviços de saúde e otimizar a triagem de doentes para encurtar o tempo de espera. O Governo irá intensificar a cooperação com entidades sem fins lucrativos, aumentando o número de beneficiários dos serviços subsidiados e alargando o leque de destinatários. Iremos encaminhar mais utentes que não necessitem de cuidados imediatos, das entidades médicas públicas para entidades médicas sem fins lucrativos, procurando deste modo facilitar o acesso atempado a cuidados de saúde da população.

Será aperfeiçoado o serviço de cuidados de saúde a idosos, e lançado o novo programa “Linha Aberta de Apoio na Saúde para Idosos”, de modo a conhecer a real situação desta camada da população, e garantir um acompanhamento e encaminhamento mais adequado e oportuno. Será ainda estudada a prestação de novos serviços de cuidados de saúde a idosos nos centros de saúde e definidas as respectivas estratégias de desenvolvimento de longo prazo em Macau.

Iremos reforçar o trabalho na prevenção e tratamento de doenças crónicas, rever as medidas de controlo do tabagismo segundo as exigências da lei e propor a proibição total de fumar nos recintos públicos fechados.

Neste ano, daremos início à terceira Avaliação da Condição Física da População de Macau com vista a conhecer as mutações e as respectivas regras nas suas diferentes fases que podem servir de fundamento científico para a definição das futuras políticas de recreação e desporto e para a generalização da prática do desporto para todos. Iremos aperfeiçoar a legislação sobre o desporto de alto rendimento, elevar o nível das entidades desportivas na formação dos quadros desportivos locais e continuar a impulsionar uma construção ecológica das instalações desportivas, promovendo desta forma o cabal desenvolvimento desportivo em Macau.

5. Elevação do nível de governação do Governo e concretização de uma boa governação da sociedade

Macau desenvolve-se rumo ao futuro, assim, as circunstâncias actuais e a população exigem cada vez mais do Governo a elevação da sua capacidade e nível de governação. O Governo da RAEM irá, de acordo com a conjuntura global e as opiniões da sociedade, superar as insuficiências, procurando sempre aumentar a sua capacidade governativa e a sua credibilidade.

Uma boa governação está estreitamente relacionada com uma governação científica e eficiente, bem como com a participação activa e o apoio dos residentes. Iremos aumentar, de forma contínua, a transparência governativa, e assegurar, de acordo com a lei, as liberdades de imprensa, de edição e de expressão. Iremos intensificar os estudos de políticas, acelerar o ritmo e elevar a qualidade das respostas, aumentar a capacidade de explicação das políticas adoptadas e garantir uma boa interacção entre o Governo, as associações e os residentes. Durante este ano será ainda levada a cabo a reestruturação dos organismos consultivos, e pretendemos implementar mandatos com duração de dois a três anos, sendo permitidas apenas duas a três reconduções para cada personalidade social (membro), por um período não superior a seis anos, podendo apenas ser acumulados cargos em três organismos consultivos.

A racionalização de quadros e a simplificação administrativa são consideradas acções prioritárias da governação. Este ano, efectuaremos um estudo geral sobre a reorganização, a transferência e a fusão de atribuições e competências da estrutura administrativa e aperfeiçoaremos o mecanismo de cooperação interdepartamental, no sentido de aumentar a eficiência administrativa. Para além disso, iniciaremos, de acordo com a Lei Básica de Macau, um estudo relativo aos órgãos municipais sem poder político.

Os trabalhadores da Administração Pública constituem preciosos recursos humanos, aos quais atribuímos a maior importância, pelo que pretendemos proceder à revisão do regime de recrutamento centralizado, designadamente do ingresso e da afectação de trabalhadores, bem como à revisão do “Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos”, e ainda à reavaliação específica do nível remuneratório e do poder de compra dos trabalhadores de base da Administração Pública, lançando oportunamente medidas de apoio e regalias. Em paralelo, a Comissão de Deliberação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública realizará um estudo sobre o “regime de actualização das remunerações dos trabalhadores da Administração Pública por categorias”, com vista a estimular um maior dinamismo destes trabalhadores. Melhoraremos a formação, com vista a elevar a qualidade dos trabalhadores da Administração Pública, para melhor servirem a RAEM.

Implementaremos o regime de responsabilidade de diferentes níveis dos serviços públicos, reforçaremos a consciência de responsabilidade dos dirigentes de diferentes níveis, clarificando a responsabilidade de acções governativas e garantindo a coordenação das políticas. Aperfeiçoaremos o regime de avaliação do desempenho dos dirigentes, concretizando a fusão desse regime com o regime de responsabilidade dos dirigentes, de modo a formar uma cultura administrativa baseada nos princípios de “orientação para os resultados” e de “poder equivale a responsabilidade”.

Estamos conscientes que o actual sistema jurídico da RAEM não acompanhou plenamente o desenvolvimento económico e social. O Governo envidará todos os esforços na edificação do sistema jurídico e desenvolverá a produção legislativa relativa aos diplomas fundamentais, designadamente os diplomas relacionados com o bem-estar da população. Iremos rever a situação de execução do “Regime jurídico do contrato de empreitadas de obras públicas”, e pretendemos fiscalizar rigorosamente o andamento das obras públicas; cumprimos as exigências para atingir um saldo orçamental positivo, de acordo com o princípio da manutenção das despesas dentro dos limites das receitas, consagrado na Lei Básica de Macau; procuraremos finalizar, ainda este ano, os trabalhos de alteração da Lei de Enquadramento Orçamental e realizar a respectiva consulta, de modo a intensificar a fiscalização das despesas públicas.

Iremos persistir na concretização do princípio da independência judicial, dar continuidade à optimização dos recursos humanos e das instalações judiciais, melhorar o mecanismo de formação judicial e planear, de forma racional, os objectivos de longo prazo da formação dos funcionários de justiça.

O Governo continuará a dar a maior importância à construção de uma sociedade íntegra, pelo que irá apoiar plenamente o desenvolvimento das funções do Comissariado Contra a Corrupção e do Comissariado da Auditoria, colaborará activamente com o órgão legislativo, na sua função de fiscalização, reconhecerá humildemente

a fiscalização da sua governação pelo público e pela comunicação social, intensificará a administração segundo a lei e salvaguardará a integridade do Executivo da RAEM.

Cumpriremos escrupulosamente a Lei Básica de Macau e as decisões da Comissão Permanente da Assembleia Popular Nacional, e tendo por base a realidade de Macau, elevaremos continuamente a qualidade das eleições democráticas, fomentaremos uma cultura saudável de eleições, ouviremos amplamente as exigências da sociedade sobre o desenvolvimento político, procuraremos atingir sempre o consenso social, promovendo, de forma estável, o desenvolvimento político democrático.

Exm.º Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Macau entrou numa nova fase de desenvolvimento. Apesar de não ser fácil o caminho a trilhar, e de nos depararmos com problemas, quer de cariz histórico, quer inerentes ao processo de desenvolvimento, e com a coexistência de questões superficiais e estruturais, os nossos objectivos estão bem definidos. O Governo da RAEM está convicto que, com o forte apoio da Pátria, e aproveitando as vantagens singulares e específicas de Macau, conjugadas com a crescente competitividade, conseguiremos progredir e avançar destemidamente, ultrapassando dificuldades e promovendo o desenvolvimento sustentável dos diversos sectores.

Estamos orgulhosos das vantagens políticas decorrentes dos princípios orientadores “um País, dois sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, dos residentes empenhados e inteligentes, dos resultados proveitosos obtidos e da experiência adquirida nos últimos quinze anos, desde o estabelecimento da RAEM, o que permitiu criar bases sólidas para que Macau avance segura e firmemente rumo ao futuro. Devemos procurar consolidar e reforçar continuamente estes pilares, transformando as vantagens do sistema de desenvolvimento de Macau em constante força motriz para o desenvolvimento económico e social.

A estabilidade deve ser encarada como prioridade na conjuntura de desenvolvimento e na promoção da diversificação adequada da economia deve ser dada importância ao desenvolvimento integrado, formados quadros qualificados nas várias áreas, o bem-estar da população deve ser melhorado, bem como deve ser mantida a harmonia e a estabilidade social e reforçada a relação entre o Homem, a Natureza e o Ambiente. O Governo irá, conjuntamente com os residentes de Macau, envidar esforços para a melhoria da qualidade de vida de toda a população.

Iremos assumir as insuficiências da governação, enfrentaremos positivamente os problemas, aperfeiçoando-nos constantemente em todos os aspectos; assumiremos o progresso como grande missão; iremos adoptar uma nova mentalidade face às situações e às opiniões da sociedade e proceder a uma governação científica. Iremos concretizar firmemente a governação de acordo com os princípios de “ter por base a população” e da “tomada de decisão baseada em critérios científicos”, acelerar o processo de reestruturação dos serviços da Administração Pública, aumentar a coordenação entre as entidades administrativas e legislativa, aperfeiçoar o mecanismo de supervisão, aumentar continuamente a transparência governativa e elevar o nível e a capacidade de governação segundo a lei.

Devemos insistir no reforço da formação dos jovens, estimular plenamente o dinamismo baseado no amor à Pátria e a Macau, procurar gerar o consenso social e promover relações de confiança e de cooperação. Iremos encorajar a participação activa das mulheres nos assuntos sociais, potencializando o seu papel social. Uniremos as forças da sociedade, criando um novo ponto de partida para uma nova era.

Exm^o. Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Estamos convictos de que, com o grande apoio do Governo Central e em comunhão de esforços com a população, podemos superar todas as dificuldades. Estamos plenamente cientes de que quanto melhor a Pátria estiver, melhor será Macau. O Governo da RAEM irá, com forte convicção e determinação, concretizar, juntamente com a população de Macau, o sonho do grande renascimento da nação chinesa e envidar os maiores esforços na construção de um futuro mais brilhante para Macau.

Finalmente, gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos a esta Assembleia Legislativa, a todos os cidadãos e à equipa de trabalhadores da Administração Pública pelo tanto que contribuíram, no ano que passou, para a execução da acção governativa, e ao Governo Central e respectivas instituições estabelecidas em Macau pelo grande e empenhado apoio no desenvolvimento da RAEM.

Dou por terminada a minha intervenção.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Os meus agradecimentos.

Presidente: Obrigado Exm^o. Sr. Chefe do Executivo.

Srs. Deputados:

Na reunião plenária de amanhã o Sr. Chefe do Executivo vai responder às perguntas colocadas pelos Srs. Deputados sobre o Relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2015.

Agradecendo aqui mais uma vez a presença do Sr. Chefe do Executivo, bem como a todos os membros do Governo e membros do Conselho Executivo.

Declaro encerrada a reunião.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção